

Relatório e **contas**

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.



13

O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 14 de Abril de 2014

HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o
nº 03441/86.08.28

Pessoa Coletiva nº 511 026 340

Capital Social 16.500.000,00 Euros

Capital Próprio 11.671.186.70 Euros

Índice

Relatório e Contas	9
Órgãos Sociais	11
Quadros Superiores	13
Painel de Bordo	15
Resultados Líquidos Unitários	17
Relatório de Gestão	18
Contas do Exercício.....	40
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	45
1. Identificação da entidade	45
1.1. Designação da Entidade	45
1.2. Sede	45
1.3. Natureza da actividade	45
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	45
2.1 Disposições gerais	45
2.2 Derrogações às disposições do SNC	46
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	46
3. Principais políticas contabilísticas.....	46
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	46
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	47
3.3 Principais estimativas e Julgamentos	58
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	61
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	61
4. Fluxos de caixa	61
4.1 Saldos não disponíveis para uso	61
4.2 Desagregação de valores	62
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	62
6. Activos fixos tangíveis	63
7. Activos fixos intangíveis	65
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	66
9. Participações financeiras – outros métodos.....	66
10. Activos financeiros detidos para venda	67
11. Impostos sobre o rendimento.....	67
12. Inventários	69
13. Clientes	71
14. Estado e outros entes públicos.....	72
15. Outras contas a receber.....	73

16.	Diferimentos.....	74
17.	Capital realizado.....	74
18.	Reservas legais.....	74
19.	Outras reservas.....	75
20.	Resultados transitados.....	75
21.	Ajustamentos em activos financeiros.....	75
22.	Excedentes de revalorização.....	76
23.	Outras variações no capital próprio.....	76
24.	Financiamentos obtidos.....	77
25.	Outras contas a pagar.....	79
26.	Fornecedores.....	80
27.	Vendas e serviços prestados.....	81
28.	Subsídios à exploração.....	81
29.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	82
30.	Varição nos inventários da produção.....	83
31.	Trabalhos para a própria entidade.....	83
32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	84
33.	Fornecimentos e serviços externos.....	85
34.	Gastos com pessoal.....	86
35.	Outros rendimentos e ganhos.....	88
36.	Outros gastos e perdas.....	89
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	89
38.	Juros e gastos similares suportados.....	90
39.	Divulgações de partes relacionadas.....	90
40.	Acontecimentos após a data de balanço.....	91
	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	92
	Certificação Legal de Contas.....	93
	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	95

Relatório e Contas

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

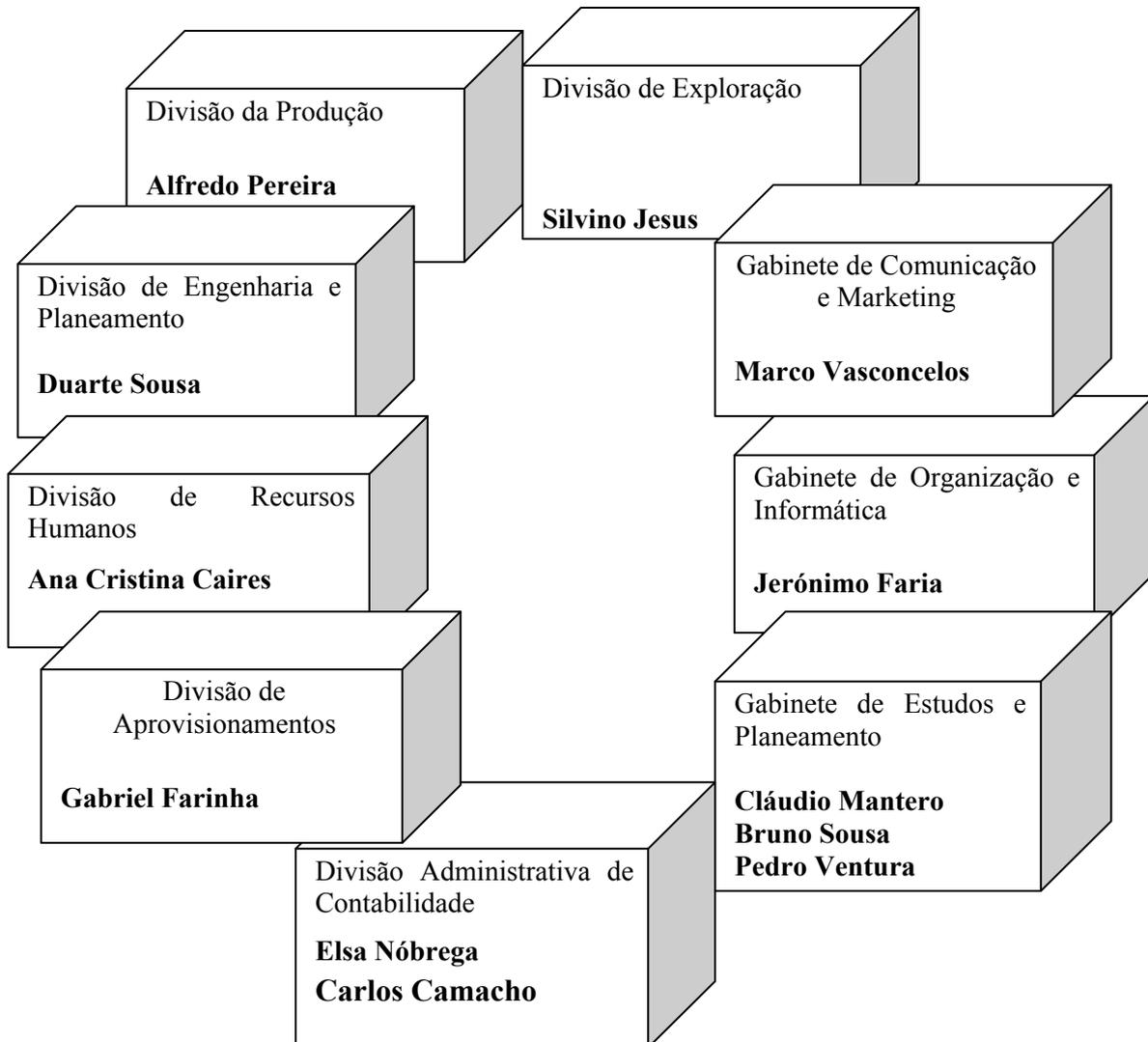
FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862

Quadros Superiores



Painel de Bordo

4 Números	2013	2012	3 Indicadores	2013	2012
Viaturas	179	182			
Motoristas	267	281	Motoristas / viatura	1,49	1,54
Metalúrgicos	102	103	Metalúrgicos / viatura	0,57	0,57
Total de trabalhadores	484	500	Total trab. / viatura	2,70	2,75

Se considerarmos os 4 Números acima referidos para o somatório das duas Empresas do mesmo sector (HF e SG), para um universo de 281 autocarros, os indicadores de 2013 são os seguintes:

Motoristas / viatura	1,19
Metalúrgicos / viatura	0,36
Total trab. / viatura	1,97

Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	2.083.017,07	7,7%	Prestações de serviços	13.550.979,24	60,1%
Gasóleo	5.305.734,24	22,9%	Vendas	391.482,57	1,6%
Forn. serv. externos	1.588.462,66	7,0%	Trabalhos p. p. empresa	462.073,50	3,9%
Gastos com pessoal	10.186.531,14	36,6%	Rend. suplementares	8.208.742,83	18,9%
Dep. Amortização	2.005.305,40	9,4%	Subsídios à exploração	3.135.273,15	13,6%
Outros gastos	2.538.842,02	16,3%	Outros ganhos	1.044.838,73	1,8%
	23.707.892,53			26.793.390,02	

Resultado antes de impostos **3.085.497,49**

INVESTIMENTO – 260.545,58 Euros

Outros indicadores

População servida	112 mil	Taxa de ocupação	17%
Nº de carreiras	61	Lotação média	77 lugares
Extensão da rede	199 km	Velocidade média	17 km/h
Total de viagens	827 640	Passageiros transportados	18 milhões
		Quilómetros percorridos	6,0 milhões

Resultados Líquidos Unitários

Demonstração do resultado por Km percorrido

Custos e perdas	2013	2012
Custos exploração / Km	3,51	3,33
Outros custos / Km	0,42	0,65
Total de Custos / Km	3,93	3,98
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Km	4,27	3,56
Outros proveitos / Km	0,18	0,07
Total de proveitos / Km	4,45	3,63
Resultado líquido / Km	0,52	-0,35

Demonstração do resultado por passageiro transportado

Custos e perdas	2013	2012
Custos exploração / Passageiro	1,17	1,17
Outros custos / Passageiro	0,14	0,23
Total de custos / Passageiro	1,31	1,40
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Passageiro	1,42	1,25
Outros proveitos / Passageiro	0,06	0,02
Total de proveitos / Passageiro	1,48	1,27
Resultado líquido / Passageiro	0,17	-0,13

Relatório de Gestão

Senhores Acionistas

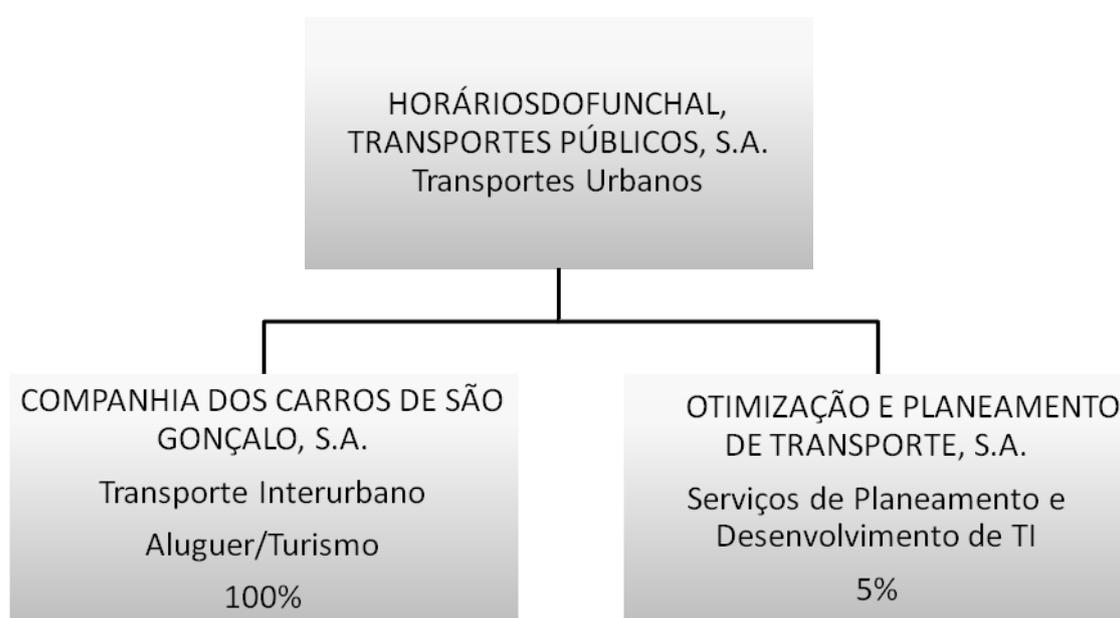
Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2013.

Apresentação

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), sociedade comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM) detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros

Empresas Participadas

A HF detém participação social nas seguintes empresas:



ACTIVIDADE

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na RAM, Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social de acordo com o programa do Governo Regional da Madeira (GR).

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi acordado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, registou-se uma grande retração da economia, com a redução do rendimento das famílias, e uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido, tem como um dos objetivos, contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas públicas, impondo regras e medidas de austeridade de modo a reduzir drasticamente as despesas, as indemnizações compensatórias, e a subida da receita através do aumento do tarifário. Acresce ainda a necessidade de autorização prévia do investimento, bem cómodo acesso ao crédito, o qual foi fortemente restringido.

Como resultado, foram reduzidos alguns gastos, nomeadamente com o pessoal, resultado de reduções na respectiva prestação de serviços, procurando uma eficaz adequação da oferta à procura, mas no seu todo, as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos pelos seguintes factos:

- O aumento do tarifário na ordem dos 15% em 2012 e 2,4% em 2013, contribuiu, em parte, para uma redução significativa da procura e numa retração da receita em 2,03%;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 em 194 mil, 398 mil, 817 mil e 828 mil euros, respetivamente, contribuiu para o aumento do desequilíbrio económico e financeiro da empresa, na medida em que foram continuadas as medidas de apoio social através de tarifário mais reduzido para determinadas categorias de utentes do serviço público;
- A obrigação do pagamento do subsídio de férias e de natal referente ao ano de 2013, por decisão do Tribunal Constitucional, que agravou as necessidades de tesouraria.

Por outro lado, concretizou-se a alienação da nossa participação na empresa Teleféricos da Madeira S.A., que veio contribuir para a cobertura da tesouraria, pontualmente, servindo para pagar fornecedores, para amortizar parte dos empréstimos contratualizados na Caixa Geral de Depósitos e para pagar os Subsídios de Férias, entre outras despesas que se encontravam em atraso.

A indemnização compensatória atribuída neste exercício pelo Governo Regional da Madeira, tal como nos exercícios anteriores, é repartida em duas partes. Uma é destinada à compensação dos benefícios de ordem social atribuídos a determinados segmentos de clientes, visando, entre outros aspetos, a inclusão social, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos reformados, e a garantia da continuidade territorial através do título de transporte combinado. A outra, de valor fixo, destinada à compensação da produção e oferta de transporte para as zonas altas da cidade do Funchal, em zonas de reduzida densidade populacional ou em carreiras de reduzida procura de transporte, nomeadamente, durante o período noturno, fins-de-semana e feriados. Visa ainda compartilhar o serviço especial de Pessoas com Mobilidade Reduzida e o serviço especial no centro do Funchal, denominado “linha Eco”.

Atendendo à redução da procura e com vista à conseqüente redução de custos, a HF, introduziu ajustamentos à oferta, sem afetar a qualidade do serviço prestado,

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a extensão da rede de exploração mantém-se praticamente inalterável e era, no final do ano, de 199 km.

Neste exercício voltou-se a efetuar alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas no ano anterior. Foi aplicado um novo planeamento operacional com ajustamentos de horários e viagens.

No serviço regular das carreiras, a partir da última alteração, o número máximo de viaturas empenhadas, no período de maior carga, foi de 97 unidades, menos 9 que em 31 de Dezembro de 2012.

A lotação média manteve-se nos 77 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 5,47%, em resultado da redução dos quilómetros úteis produzidos (-305.356 km).

Foram realizadas 827.640 viagens menos 37.736 que no ano anterior, das quais 2.470 com atraso que corresponde a mais 58,43 % em relação ao ano anterior, motivado essencialmente pelas obras efectuadas na Avenida do Mar.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi cerca de 16,5 Km/hora na Rede Geral e de 15,5 Km/hora na das Zonas Altas.

O número total de quilómetros percorridos foi de 6.025.722 sendo menos 324.235 (5,1%) que no ano anterior.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2013	2012	Quant.	%
Km Úteis	5 595 565	5 900 921	- 305 356	-5,2%
Km em Vazio	430 157	449 036	- 18 879	-4,2%
Total/Km	6 025 722	6 349 957	- 324 235	-5,1%
% Km Vazios	7,14	7,00	0	2,0%
L.M.	77	77	0	0,0%
L.K.O.	431 821 051	456 831 124	-25 010 073	-5,5%
Viagens Realizadas	827 640	865 376	- 37 736	-4,4%
Velocidade Média	16,5	16,5	0	0,0%

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 18.091.910, menos 1.218.884 que no ano anterior (6,31%), em consequência das causas já anteriormente referidas.

Até 2012 o método de cálculo dos passageiros transportados foi baseado nos valores obtidos com base em inquéritos periódicos sobre a utilização dos diversos títulos de transporte, método tradicionalmente utilizado nas empresas de transporte. Para 2013 o número dos passageiros transportados foi o resultado das validações efetuadas a bordo das viaturas, através do sistema informático (bilhética).

Breve análise às quantidades de venda de títulos de transporte:

- Bilhete de Bordo, sobe 9,5 %;
- Bilhetes Pré-comprados, desce 5,5 %;
- Passes, desce 6,8%.

Abaixo analisamos, com mais detalhe, a quantidade de títulos de transporte vendidos, verificando-se uma descida de todos os títulos, com exceção dos passes de 15 dias, 30 dias e de 12 meses.

Títulos Passe

Descidas:

- Passe Social mensal, 4,8%;
- Passe Social Sénior, 4,4%;
- Passe Combinado, 10,4 %;
- Passe Social Criança, 17,3%;
- Passe Estudante, 18,3%;
- Passe Férias Estudante, 9,5%

Subidas:

- Passe Social 15 dias, 37,2 %;
- Passe Social 30 dias, 29,2%
- Passe Anual, 30,9 %.

Títulos Bilhete Pré-comprado:

Descidas:

- Adulto, 4,2%;
- Criança, 6,9%;
- Adulto com desconto de quantidade, 6,9%

Subidas:

Nada de relevo a registar;

No Bilhete de Bordo, um aumento de 9,5 %.

A taxa de ocupação foi de 14,9%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2012	2013	Variação	
			Quant.	%
P.T.	19 310 794	18 091 910	-1 218 884	-6,31
P.M.	3,560	3,560	0	0,00
P.K.T.	68 727 057	64 381 113	-4 345 944	-6,32
T.O. (%)	15,04	14,91	-0,13	-0,86
B.T.M.	0,21	0,22	0,01	4,76

Serviço linha ECO (autocarros elétricos)

Nesta linha foram transportados 54.171 passageiros neste exercício e 80.789 no exercício anterior, reflexo ainda do transporte gratuito, atendendo que este serviço voltou a ser pago pelos passageiros, a partir de 16 de Junho de 2012, mas somente para clientes que não tinham títulos validos no serviço urbano.

Serviço para pessoas com mobilidade reduzida

Passageiros transportados:

Serviço regular, 12.527 passageiros, mais 479 que no ano anterior;

O quadro seguinte resume os principais indicadores neste serviço:

Indicadores	2013	2012	Variação		
			Quant.	%	
Total de PT	12 527	12 048	479	4%	
C. de rodas	3 594	3 377	217	6%	
Sem c. de rodas	8 933	8 671	262	3%	
Acompanhantes	Adultos	409	481	- 72	-15%
	Crianças	474	390	84	22%
(a) Km	85 828	84 258	1 570	2%	
Total de inscritos	242	235	7	3%	

Estão inscritos cerca de 242 clientes para utilização frequente deste serviço.

Estão afetas a este serviço 3 viaturas, sendo duas utilizadas diariamente.

Serviço através de chamada telefónica

Foram realizadas 2 062 viagens, transportados 7.328 passageiros e produziram-se 11.049 km.

Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

Atendimento a clientes

O serviço de atendimento a clientes, incluindo informação e vendas, decorreu dentro da normalidade.

Fiscalização

Foram fiscalizadas 33 430 viagens, o que corresponde a 4 % do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 547.971, o que representa menos 4,3 % que no ano anterior.

Foram detetadas 44 infrações, menos 15,3% que no ano anterior.

Infrações por tipo de fraude mais frequente:

- Passageiro com idade superior a 12 anos a utilizar título de criança, com 3 infrações;
- Passageiro com passe viciado, com 8 infrações;
- Passageiro com bilhete não validado, com 18 infrações;
- Passageiro sem título de transporte, com 14 infrações.

ACTIVIDADE OFICINAL

Frota

O numero de autocarros da HF no fim de 2013 era de 179, dos quais 148 destinados ao serviço normal das carreiras, 10 para o serviço especial das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas de mobilidade reduzida (PMR), 4 para o serviço da linha ECO e 14 imobilizadas, ficando assim distribuídas pelas seguintes marcas:

Marca	Viaturas	%
Volvo	130	72,6%
Daf	27	15,1%
Mercedes	11	6,1%
Gulliver	4	2,2%
Scania	4	2,2%
VW	2	1,1%
Toyota	1	0,6%
TOTAL	179	100,0%

Procedeu-se ao abate de 3 viaturas DAF MB230, dado que já não se justificava a respetiva reconstrução ou reparação.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 17,1 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 8,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 7 anos.

Imobilização

A Taxa de Imobilização foi de 15,24%, o que significa cerca de 24 viaturas imobilizadas por dia, sendo a principal causa a falta de peças de substituição.

Serviço oficial

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

Indicadores da HF:

- Reparações gerais e em soalhos - Foram efetuadas 6 reparações em soalho, mais 1 que no ano anterior;
- Manutenção preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas em todas as viaturas da frota, tendo sido totalmente cumprido. Foram efetuadas 604 revisões, menos 5 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 349 inspeções periódicas, mais 10 que no ano anterior;
- Limpeza de autocarros - Foram sujeitos em média a 3,9 lavagens gerais, perfazendo um total de 651 lavagens, menos 37 que em 2012. Na limpeza de interiores foram efetuadas 36.799, menos 2637 que no ano anterior e na limpeza de exteriores 2.523, mais 878 que em 2012;
- Custo/km - O custo quilómetro/manutenção viatura foi de 0,317 euros, mais 0,002 euros em relação ao ano transato.

Combustível

A média de combustível em 2013 foi de 63,22 L/100 Km, aproximadamente o mesmo que o ano anterior, 64,2 L/100 Km.

A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.954 mil litros de gasóleo, menos 189 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 324 mil quilómetros percorridos.

O custo com o consumo de 3.954 mil litros de gasóleo, com viaturas afetas ao serviço de transporte público, foi de 4.110 mil euros, menos 388 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 6.027 mil km em exploração e transportou-se 18.091 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,69 euros por quilómetro produzido e 0,228 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,71 euros por quilómetro e 0,234 euros por passageiro transportado. No entanto é de realçar que os 0,20 euros, por passageiro, apresentado no ano anterior foi com base em 22.261 mil passageiros, método de cálculo por estimativa e presentemente pelas validações, como anteriormente já comentado.

Custo das obras

O custo com as obras no presente exercício foi de 5.158 mil euros, mais 150 mil euros que no ano anterior, sendo 1.733 mil euros em artigos de armazém aplicados, 3.211 mil euros em mão-de-obra e 214 mil euros com serviços e fornecimentos externos.

Foram utilizadas 171.450 horas nas reparações internas, representando mais 7.779 horas que em igual período do ano anterior. Em reparações para o exterior foram aplicadas 44.050 horas, mais 780 que no ano anterior.

Os custos das obras acima referidas estão distribuídos pelos seguintes tipos de obras:

Obras	2013	2012	Varição
Viaturas HF	2.808.586	2.844.213	-35.628
Viaturas externas a HF	1.489.416	1.457.395	32.022
Fabrico recuperação de peças	144.153	95.059	49.095
Reconstruções de viaturas HF	0	0	0
Viaturas sinistradas	82.517	61.661	20.856
Instalações e equipamentos da HF	414.344	427.425	-13.081
Tempos mortos (oficina)	218.668	122.129	96.539
TOTAL	5.157.683	5.007.880	149.803

O custo das obras, com viaturas da HF, desceu em 1,3%, sem incluir as reparações por sinistros;

Aumentou-se o fabrico e reparação de peças para o armazém em 51,7%;

A conservação e reparação de instalações e equipamento desceram em 3,1%;

Os tempos “mortos” da oficina aumentou em 79,1%;

As obras para o exterior aumentaram 2,2% e é a nossa associada, SG, que tem maior representatividade nos nossos serviços, com 91,7%, a nossa parceira Carristur, com 3,5%, e os restantes clientes, com 4,8%. No ano anterior foi de 95,8%, 3,8% e 0,4% respetivamente.

APROVISIONAMENTOS

Gestão de Stocks

Diariamente são analisados os parâmetros da gestão económica dos stocks. Em consequência desta análise, é efetuada a gestão e posteriormente desencadeia-se a fase da negociação e compra.

São analisados com frequência a rotação e a cobertura de stocks.

Artigos em Armazém

Número de artigos com existência: 3.645 no ano anterior 4.068.

Número de contagens gerais do stock: 2,3 mais 0,3 que no ano anterior.

O número de artigos existentes em armazém tem vindo a ser gradualmente reduzido. Só se coloca em stock os artigos cuja rotação o justifica, bem como artigos que, se não os colocarmos em stock, muito brevemente serão solicitados.

Esta política de redução de stock implica um aumento da negociação diária e do número de artigos comprados diariamente. O custo de passagem da encomenda aumenta.

As existências em armazém a 31 de Dezembro são no montante de 840 mil euros, inferior ao ano anterior em 52 mil euros.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação”, é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos superior, quando comparado com as suas congéneres continentais.

Foram 1.914 artigos com existência que não tiveram rotação em 2013. São maioritariamente artigos da marca DAF e artigos de carroçaria.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

O stock médio das peças representa 46% do total do stock médio e 54% do total.

Neste exercício a HF, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efetuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 188 mil euros, menos 77 mil que no ano anterior.

Compras

Os aspetos relacionados com as compras de materiais e equipamentos e a sua gestão, quer física quer previsional, assumem grande importância nos resultados finais do exercício da HF.

Durante o ano 2013 foi mantido com os fornecedores um clima cordial de diálogo e convivência tão necessário à boa negociação.

Procurou-se fontes mais adequadas de abastecimento de algumas mercadorias o que levou ao incentivo da concorrência e à maximização do custo/benefício.

Dentro dos condicionalismos existentes, desencadeou-se sempre com a maior celeridade os mecanismos necessários à satisfação das solicitações internas que são dirigidas aos serviços de compras mesmo com os tempos e burocracia imposta pelo Código dos Contratos Públicos', legalmente aplicável à HF, tendo-se efectuado 82 procedimentos.

O volume de compras para inventários no ano 2013 foi no montante de 7.217 mil euros menos 197 mil euros do que no ano anterior.

Descontos comerciais e financeiros

Os descontos atingiram em 2013 o valor de 83 mil euros:

Como se pode verificar, mesmo com as dificuldades financeiras que a HF atravessa, as percentagens de descontos obtidos são ainda significativas.

RECURSOS HUMANOS

Principais indicadores:

- O número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro de 2012 era de 500. Em 31 de Dezembro de 2013 era de 484 trabalhadores, registando-se 17 saídas e o regresso de um funcionário cedido à nossa parceira Carristur;
- Taxa de absentismo foi de 3,06%, de 3,43% em 2012;
- Taxa de trabalho extraordinário em 2013 foi de 2,04% e em 2012 foi de 2,23%;
- Realizaram-se 298 exames médicos periódicos e 1.072 exames médicos ocasionais;
- Registaram-se 11 acidentes de trabalho, dos quais 8 tiveram situação de baixa, verificando-se 216 dias de baixa. No ano de 2012, houve 13 ocorrências, com 7 situações de baixa;

- Foram efetuados, em 2013, 7.308 alcooltestes, tendo-se verificado 4 testes positivos, dos quais 2 na área de exploração e 2 na área de produção.

Formação

Um dos objetivos estratégicos do Sector de Formação em 2013 foi qualificar os recursos humanos a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a sua Certificação Legal, conforme legislação em vigor, Dec. - Lei nº 126/2009 de 27 de Maio, em que está definido que para o exercício da profissão de motoristas de veículos pesados de passageiros, para além da carta de condução, é obrigatória a carta de qualificação de motorista (CQM), a qual é emitida mediante a apresentação do certificado da aptidão de motorista (CAM).

Perante as novas competências exigidas, a HF foi reconhecida como Centro de Formação e efetuou uma parceria com a Carristur, empresa com alvará e homologada pelo IMTT, IP, para estes cursos.

No seguimento dos objetivos acima referidos, realizaram-se, em 2013, 14 acções, do Curso de Aptidão de Motoristas (35 horas), que foram frequentadas por um total de 161 formandos, sendo 112 motoristas no ativo da Horários do Funchal e os restantes motoristas externos à empresa.

Para além da formação acima descrita, efetuaram-se as seguintes ações internas:

- 480 horas em acompanhamentos à condução dos motoristas na rede de exploração;
- 304 horas de formação prática em adaptação a diferentes tipos de viaturas;
- 135 horas de formação técnica;
- 3.920 horas de formação contínua;
- 174 horas de formação em higiene e segurança no trabalho;
- 151 horas em novas tecnologias de informação

PROJECTOS EUROPEUS

A HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, tendo implementado ou a implementar os seguintes projetos:

- 1- Civitas Mimosa, foi desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal e com o Madeira Tecnopolo;

Os objetivos deste projeto são os seguintes:

- Melhorar o sistema de planeamento dos transportes públicos;
- Introduzir sistemas inovadores de transporte público;
- Melhorar a integração entre modos de transporte;
- Promover veículos mais eficientes nos transportes públicos e nas frotas de entidades públicas e privadas;
- Promover a utilização de combustíveis alternativos;
- Desenvolver tecnologias inovadoras de informação e comunicação em tempo real associadas ao tráfego, estacionamento e outros serviços;
- Formar e sensibilizar para hábitos de condução mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental;
- Promover a utilização dos transportes públicos;
- Criar um centro de monitorização e controlo da mobilidade urbana.

Medidas da responsabilidade da Horários do Funchal:

Frota Sustentável – Renovação da frota pesada e ligeira da Horários do Funchal e da frota ligeira da Câmara Municipal do Funchal através da promoção de tecnologias alternativas;

Linha Verde – Carreira de transporte público menos poluente e com melhor informação;

Serviço de Transporte a Pedido – introdução de serviço à chamada em meio urbano e apetrechamento do centro de controlo;

Centro de Planeamento do serviço de transporte público – optimização dos níveis de performance dos transportes públicos urbanos com recurso a modernos e sofisticados dispositivos de planeamento da rede;

Mobi Parque – Integração de infra-estruturas de estacionamento periféricas com a rede de transportes públicos e introdução de serviço de ligação às principais escolas;

Eco Condução – Formação dos condutores da Câmara Municipal do Funchal e da Horários do Funchal visando uma condução mais económica e segura;

Transporte de bicicleta – integração de um sistema de transporte de bicicletas nos transportes públicos.

O projeto iniciou-se em Outubro do ano de 2008 e terminou em 2013. Os Objetivos deste projecto foram praticamente conseguidos na sua totalidade

De realçar que a HF recebeu o Prémio RegioStars 2011. O galardão atribuído pela Comissão Europeia distingue o projecto “Mobilidade inovadora e sustentável no Funchal”, na categoria “Transportes Urbanos Limpos Integrados” (City Star), com o objectivo de «promover uma melhoria do nível de serviços e a eficiência do sistema de transporte público através de várias

medidas, incluindo a instalação de um mecanismo de controlo central para o transporte público urbano. Tal irá permitir uma melhor monitorização da frota e lançar as bases para futuras pesquisas de mercado para melhor lidar com a optimização do transporte público».

- 2- No âmbito dos seus próprios objetivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projeto: Intervir+, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável. O Projeto tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS. Em 2011, só foram adquiridas 5 viaturas de média dimensão, tendo sido subsidiadas a 85% do seu valor. O projecto terminou no final deste ano, sem a aquisição das restantes viaturas;
- 3- O Hibrimac, que constitui um projeto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg pretende introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultraperiféricas A calendarização e o objeto do próprio projeto foram reprogramados, na sequência dos estudos efetuados sobre a viabilidade da implementação de viaturas pesadas híbridas no Funchal, tendo os mesmos apontados para a solução de adquirir componentes e baterias para os mini - autocarros elétricos da Horários do Funchal, este projeto terminou em junho de 2012 e aguarda a receção dos valores comparticipados.
- 4- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, a HF apresentou e foi aprovada uma candidatura ao projeto SEEMORE. É um projeto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projeto, lidera e coordena a implementação conjunta do consórcio. O projeto iniciou-se em 2012.

Os projetos europeus em curso no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

AMBIENTE

A HF está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é positivo em 3.228.224,43 euros, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido de 2.724.585,61 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido negativo de 503.638,82 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no montante estimado de 356.353,08 euros. Os impostos diferidos totalizaram 4.558,80 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 360.911,88 euros.

É de recordar que o resultado líquido negativo do exercício apresentado nas demonstrações financeiras de 2012, no montante de 2.137 mil euros, não resultou da atividade normal da empresa, mas sim, de medidas de carácter extraordinário, cujos valores resultaram em redução de custos ou aumentos de proveitos no montante aproximado de 2.263 mil euros, como abaixo se discrimina:

- Corte das Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 em 1.409 mil euros;
- Imparidades em dívidas a receber, referente às Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010 e 2011, que serão pagas até o final do ano de 2016, no montante de 854 mil euros.

Face ao descrito, fazemos notar que o resultado do exercício de 2012 seria positivo em 126 mil euros e os operacionais em 1.654 mil euros.

O comparativo do resultado líquido deste exercício tem em linha de conta os valores acima referidos. No entanto, é de realçar que, neste exercício, também ocorreu factos extraordinários que contribuíram para que o resultado apresentado seja positivo, factos esses, no montante aproximado de 3.451 mil euros e conforme abaixo se descreve:

- Reposição do corte do subsídio de férias, 594 mil euros;
- Alienação da participação na empresa Teleféricos da Madeira por 4.125 mil euros, que gerou uma mais-valia no montante de 4.045 mil euros.

Face ao descrito, fazemos notar que o resultado do exercício seria negativo em valor aproximado de 287 mil euros e os operacionais em 913 mil euros.

A comparação com o ano anterior das rubricas constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas são as seguintes:

Nos custos e gastos:

- Reduções:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas em 348 mil euros. O custo do gasóleo desceu em 483 mil euros e os restantes custos desta rubrica aumentaram 135 mil euros, sendo as mais significativas, pneus, óleos e motores e respectivos órgãos;
- Nos fornecimentos e serviços externos, em 194 mil euros. Este valor é obtido nas diversas rubricas, umas com aumentos e outras com reduções, releva-se a redução das rubricas de trabalhos especializados, lavagens e recolha de resíduos sólidos
- Nos outros gastos e perdas em 87 mil euros, é praticamente a redução de juros de mora cobrados pelos nossos fornecedores pelo atraso nos pagamentos;
- Nos gastos financeiros, os juros e despesas bancárias em 353 mil euros, motivado pela amortização de capital, redução de spreads e pelo perdão do pagamento de juros vencidos aquando da renegociação dos empréstimos em mora junto da Caixa Geral de Depósitos. No entanto realçamos o aumento dos custos dos serviços bancários resultantes desta mesma negociação;
Nos gastos de depreciação e amortizações em 377 mil euros, resultante de bens que terminaram a sua vida útil, principalmente nos componentes de viaturas;
- Nos aumentos, nada de significativo a relevar, com exceção dos custos com o pessoal, em 928 mil euros, destacando-se o subsídio de Natal, subsídio de férias e respetivos encargos. Estes subsídios foram repostos no presente exercício e no ano anterior foi aplicado os cortes previstos no Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011. No entanto releva-se que houve uma redução das remunerações em geral e essencialmente pelos cortes, por aplicação do disposto no Orçamento de Estado para 2013;

Nos rendimentos e ganhos:

- Reduções:

- Nas vendas e prestações de serviços em 289 mil euros, um decréscimo de 2,03%, sendo que o aumento médio do tarifário situou-se nos 2,4%. Justifica-se praticamente pela redução da procura como anteriormente já referido. Nos bilhetes uma redução de 170 mil títulos nas quantidades vendidas e um aumento no valor de 20 mil euros, ou seja, mais 0,35% do que o verificado em 2012, nos passes menos 16 mil títulos nas quantidades vendidas e uma redução no valor de 296 mil euros, menos 3.73% em relação a 2012, sendo a diferença

praticamente um aumento das vendas de suportes de bilhetes e cartões em 17 mil euros e nos restantes serviços uma redução de 31 mil euros;

- Nas imparidades de dívidas a receber do exercício, destaca-se o ajustamento efectuado no exercício anterior em 991 mil euros, revertidos neste exercício em 455 mil euros e relevadas em subsídios à exploração, atendendo que se refere ao desconto da dívida das Indemnizações compensatórias dos exercícios anteriores;
Referentes a Impostos, pagamentos especiais por conta, em 96 mil euros, foram anulados na sua totalidade, atendendo que foram deduzidos no apuramento do IRC a pagar deste exercício;
- Nos trabalhos para a própria empresa em 428 mil euros, referem-se à reparação de órgãos de substituição de viaturas, 156 mil euros, recuperação de peças para o armazém mais 49 mil euros e remunerações para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários, nomeadamente o projeto Civitas, menos 321 mil euros.

- Aumentos:

Nos subsídios à exploração, embora contabilizados por igual valor ao do ano anterior, pela aplicação do protocolo assinado, em 2011 com o GRM, na parte que impõe o valor máximo a pagar para 2013. É de realçar que se calculado pelos critérios descritos no referido protocolo, a HF devia receber o montante de 3.961 mil euros e pela regra do valor máximo, só recebe 3.133 mil euros.

O protocolo também descreve um plano de pagamento dos subsídios de 2010, 2011 e 2012 que se prolonga até 2016. No presente ano, foi reconhecida a reversão para o justo valor destes subsídios em 445 mil euros, motivado pela redução da imparidade criada, em 2012, pelo desconto da dívida daquelas indemnizações;

- Nos ganhos e perdas em investimentos financeiros 304 mil euros, resulta da diferença entre o valor dos dividendos da Teleféricos da Madeira, 300 mil euros em 2012 e das perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial dos resultados negativos da SG que em 2012 foi de 658 mil euros e neste exercício 504 mil euros;
- Nas imparidades de inventários em 28 mil euros,
- Em outros rendimentos e ganhos em 3.854 mil euros, resulta essencialmente do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 4.045 mil euros, da recuperação de Juros de mora, 90 mil euros, registados em anos anteriores e perdoados pelos fornecedores aquando da negociação de pagamentos em atraso, bem como de descontos financeiros resultantes desta mesma negociação, em 20 mil euros. A redução em 301 mil euros referente ao reconhecimento de subsídios relacionados com os projetos financiados por fundo europeus no montante de 265 mil euros, sendo a restante redução justificada essencialmente pelo não registo dos resultados da nossa parceira Carristur no presente exercício, no exercício anterior 90 mil euros, e de algumas variações não relevantes;

Fazemos notar que para além desta exposição e para uma análise mais detalhada, remetemos para o anexo do presente relatório.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação
Activo não corrente	30.903.217,40	35.335.598,12	-12,54%
Activo corrente	8.734.367,94	6.934.548,87	25,95%
Diferimentos activos	119.920,74	135.492,68	-11,49%
Caixa e depósitos bancários	2.116.224,52	787.932,81	168,58%
Total do activo	39.637.585,34	42.270.146,99	-6,23%
Capital realizado	16.500.000,00	16.500.000,00	0,00%
Capital próprio	11.671.186,70	8.963.623,33	30,21%
Diferimentos passivos	444.332,69	459.663,49	-3,34%
Passivo	27.966.398,64	33.306.523,66	-16,03%
Vendas e prestações de serviços	13.942.461,81	14.231.686,80	-2,03%
Resultados operacionais	4.364.457,80	-608.639,57	-817,08%
Resultados antes de impostos	3.085.497,49	-2.241.087,23	-237,68%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-360.911,88	104.202,46	-446,36%
Resultado líquido do exercício	2.724.585,61	-2.136.884,77	-227,50%

INVESTIMENTO

O montante total investido, pela HF, cingiu-se a 261 mil euros, deste valor, destacam-se, sendo praticamente, 233 mil euros, de reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas (trabalhos para a própria empresa).

De realçar que foram registados em activo intangíveis e amortizados, neste exercício, na sua totalidade, 173 mil euros para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários, deste valor, 84 mil euros são trabalhos para a própria empresa referentes a remunerações do pessoal afecto aos projetos.

FINANCIAMENTO

Neste exercício não foi necessário recorrer a novos financiamentos bancários, com excepção de um de curto prazo no montante de 475 mil euros, bem como em praticamente todos os meses foram solicitados descobertos bancários, junto das diversas entidades bancárias, para pagamentos de ordenados.

No que respeita aos movimentos nos financiamentos efetuados em exercícios anteriores é de referir o seguinte:

A HF neste exercício e tal qual no anterior, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respetivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo destes dois anos;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento perante a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco Espírito Santo (BES) e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos. O do BES, foi renegociado logo em Janeiro e os da CGD foram reestruturados em Agosto, reduzindo o número de financiamentos a três, com diminuição dos seus spreads, com a alteração dos planos de pagamento e alargamento dos seus prazos, sendo perdoados juros e juros de mora vencidos, na ordem de 400 mil euros. Foi ainda amortizado uma parte significativa dos três financiamentos.

Contudo e em resultado do acima exposto as despesas financeiras (comissões de renegociação, de gestão e contratação) foram agravadas.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As medidas impostas pelo Governo, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas, em 2011, 2012 e 2013, a redução dos custos até o final de 2011 em pelo menos 15%, em média, relativamente a 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em ativos, a não contração de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias, salvo, em relação a algumas delas, mediante prévia justificação da administração, a conceder pelos responsáveis pela tutela e pela posição accionista da RAM, quando tais funções sejam exercidas por diferentes titulares, e pelo Secretário Regional das Finanças.

Em 2013 foram autorizados o pagamento de ambos os subsídios de Férias e de Natal Para 2014, e de acordo com o orçamento de Estado e Regional, foram aprovados cortes nas remunerações dos trabalhadores

A HF vai desenvolver a sua atividade focando a sua gestão no cumprimento das medidas acima mencionadas, reduzindo e ou contendo os custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura.

Não serão efetuados investimentos em viaturas novas. Continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência, de forma a atrair novos clientes e aumentar assim as receitas.

A HF procura novas fontes de receita e aproveitando todas as sinergias, estudou a possibilidade de rentabilização das suas oficinas, para prestar serviço de reparação de viaturas para o exterior, não obtendo os resultados desejados.

O tarifário foi aumentado numa média de 2%. A HF prevê que este aumento não produzirá ganhos proporcionais nas receitas, atendendo à diminuição permanente da procura.

Quanto ao gasóleo, não se perspectiva grandes oscilações no preço unitário, enquanto no consumo haverá uma diminuição, atendendo à redução, prevista, no número de quilómetros percorridos.

Deu-se continuidade ao pagamento das dívidas em atraso, iniciado em Dezembro, após a alienação da participação detida na empresa Teleféricos da Madeira, ficando os principais fornecedores com atrasos inferiores a 120 dias, não conseguindo atingir a meta acima definida, 90 dias.

Previa-se receber atempadamente as Indemnizações Compensatórias para 2014 em valor igual às de 2013. Contudo, à data deste relatório, as mesmas ainda não foram contratualizadas.

Só com o recebimento das Indemnizações Compensatórias se poderá ultrapassar parte da falta de liquidez de Tesouraria com vista a cumprir todos os compromissos acordados com terceiros.

A não concretização do acima exposto implicará o não pagamento, por parte da HF, aos seus fornecedores com as seguintes consequências:

- Agravamento dos seus custos, principalmente juros e juros de mora;
- Dificuldades de negociação de preços e de descontos, junto dos seus fornecedores com implicações diretas nos custos de aquisição;
- Denegrir a sua imagem com processos em contencioso, tendo repercussões diretas na sua credibilidade perante fornecedores e instituições financeiras;
- Não fornecimento de bens e serviços ou exigência de fornecimentos a pronto pagamento.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, diretamente pela RAM e indiretamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização. É de realçar que existe parcelas de terrenos, pertencentes a terceiros, onde está implantado o edifício sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

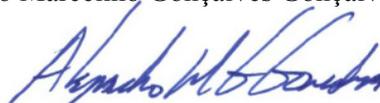
De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, positivo em 2.724.585,61 euros seja cativado o montante de 136.229,28 euros para reservas legais e que 2.588.356,33 euros sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 26 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente



João Alcindo de Freitas Vogal



António José Jardim Faria Vogal



Contas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	26.874.309,16	28.499.775,19
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7	0,27	0,33
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	783.333,27	1.287.011,94
Participações financeiras - outros métodos	9	14.414,55	105.262,14
Outras contas a receber	15	3.231.160,15	5.443.548,52
		30.903.217,40	35.335.598,12
Activo corrente			
Inventários	12	721.016,01	752.208,10
Clientes	13	536.244,46	787.548,20
Adiantamentos a fornecedores			1.064,90
Estado e outros entes públicos	14	162.060,79	418.011,36
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	15	5.072.945,03	4.048.425,02
Diferimentos	16	119.920,74	135.492,68
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	10	3.806,07	1.715,48
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	2.116.224,52	787.932,81
		8.734.367,94	6.934.548,87
Total do activo		39.637.585,34	42.270.146,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	16.500.000,00	16.500.000,00
Reservas legais	18	119.975,18	119.975,18
Outras reservas	19	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	20	-25.389.258,50	-23.546.399,94
Ajustamentos em activos financeiros	21	-151.491,97	-151.452,12
Excedentes de revalorização	22	16.576.595,61	16.578.233,17
Outras variações no capital próprio	11 e 23	1.151.116,90	1.460.487,94
Resultado líquido do período		2.724.585,61	-2.136.884,77
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		11.671.186,70	8.963.623,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	24	7.369.344,12	7.059.986,53
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11 e 23	4.159.229,72	4.589.416,66
Outras contas a pagar			
		11.528.573,84	11.649.403,19
Passivo corrente			
Fornecedores	26	2.959.332,51	4.780.490,96
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	550.442,44	303.597,63
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	24	10.247.680,90	14.237.317,35
Outras contas a pagar	25	2.236.036,26	1.876.051,04
Diferimentos	16	444.332,69	459.663,49
		16.437.824,80	21.657.120,47
Total do passivo		27.966.398,64	33.306.523,66
Total do capital próprio e do passivo		39.637.585,34	42.270.146,99

O Técnico de Contas



A Administração





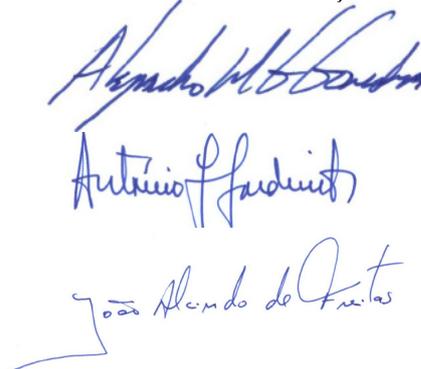

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	27	13.942.461,81	14.231.686,80
Subsídios à exploração	28	3.590.694,21	3.140.483,15
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	29	-53.638,82	-357.849,80
Variação nos inventários da produção	30	-59.004,03	45.363,49
Trabalhos para a própria entidade	31	462.073,50	889.630,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	32	-7.388.751,31	-7.736.551,14
Fornecimentos e serviços externos	33	-1.588.462,66	-1.782.115,37
Gastos com pessoal	34	-10.186.531,14	-9.258.534,09
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	74.286,35	46.683,54
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,14,15	116.620,75	-964.052,57
Provisões (aumentos/reduções)			
Imp. de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	2.629,29	4.362,30
Aumentos/Reduções de justo valor		2.090,59	-135,42
Outros rendimentos e ganhos	35	8.208.742,83	4.355.134,82
Outros gastos e perdas	36	-753.448,17	-840.051,44
Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos		6.369.763,20	1.774.054,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-2.005.305,40	-2.382.694,14
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		4.364.457,80	-608.639,57
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	38	-1.278.960,31	-1.632.447,66
Resultado antes de impostos		3.085.497,49	-2.241.087,23
Imposto sobre rendimento do período	11	-360.911,88	104.202,46
Resultado líquido do período		2.724.585,61	-2.136.884,77

O Técnico de Contas



A Administração



FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.662.594,51	15.479.431,35
Pagamento a fornecedores	-12.715.905,61	-10.913.188,79
Pagamentos ao pessoal	-5.768.384,12	-5.585.649,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-2.821.695,22	-1.019.406,99
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-49.935,11	-29.169,54
Outros recebimentos / pagamentos	9.032.799,47	4.477.629,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	6.161.169,14	3.429.053,37
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-1.238.721,80	-1.247.034,28
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		-580,32
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis		
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	2.646,87	364.663,10
Juros e rendimentos similares	5.465,71	3.067,17
Dividendos	450.000,00	300.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-780.609,22	-579.884,33
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	11.256.666,60	2.250.000,00
Realização de capital e o instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-14.144.754,95	-3.433.916,77
Juros e gastos similares	-1.164.179,86	-1.579.263,29
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-4.052.268,21	-2.763.180,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1.328.291,71	85.988,98
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	787.932,81	701.943,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.116.224,52	787.932,81

O Técnico de Contas



A Administração

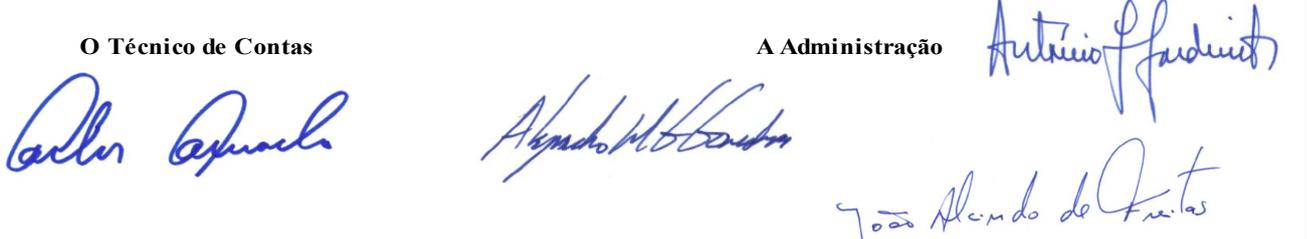






DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2012										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.056.267,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.720.815,83
Alterações no período										
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	25				392.034,95		-392.034,95			-540.956,01
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26				-311.917,20		98.008,74			135.238,97
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26					-682,23				
Variações de capital em participadas	24									-682,23
Aplicação do resultado líquido do período	23		75.249,99		1.429.749,87					-1.504.999,86
		0,00	75.249,99	0,00	1.509.867,62	-682,23	-294.026,21	-405.717,04	-1.504.999,86	-620.307,73
Resultado líquido do período									-2.136.884,77	-2.136.884,77
Resultado extensivo									-3.641.884,63	-3.641.884,63
Posição no fim do período 2010		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.546.399,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.963.623,33
O Técnico de Contas A Administração 										

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.546.399,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.963.623,33
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	22				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23				-98.008,74	-39,85	390.397,39	-451.728,13		-451.728,13
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23							142.357,09		434.705,89
Variações de capital em participadas	21									0,00
Aplicação do resultado líquido do período	20				-2.136.884,77					2.136.884,77
					-1.842.858,56	-39,85	-1.637,56	-309.371,04	2.136.884,77	-17.022,24
Resultado líquido do período									2.724.585,61	2.724.585,61
Resultado extensivo									4.861.470,38	4.861.470,38
Posição no fim do período		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.389.258,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.671.186,70
O Técnico de Contas A Administração 										

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da actividade

A actividade principal da Empresa HF, é o Transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 26 de Março de 2014, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edificios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os

valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01.01.2010.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo

inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do activo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 48 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao

momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um activo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 26 de Março de 2014 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, a empresa à data de 31/12/2011, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito

independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos activos e passivos durante o exercício de 2014.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, directamente pela RAM e indirectamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as acções necessárias à sua concretização. É de realçar que existem parcelas de terrenos, pertencentes a terceiros, onde está implantado o edifício sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	9.080,54	9.159,64
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	2.063,64	38,60
Montepio Geral	10.755,77	4.819,51
Banco Espirito Santo	319.061,66	172.896,50
Banif	1.361,60	1.116,38
Caixa Geral de Depósitos	1.013.806,33	121.828,80
Millennium BCP	5.545,49	15.812,17
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	5,46
Santander Totta	34.228,81	2.215,75
Outros depósitos bancários	700.000,00	440.000,00
	2.116.224,52	787.932,81

Nos outros depósitos bancários o montante refere-se a três depósitos a prazo na Caixa Geral de Depósitos com vencimentos um em Janeiro e dois em Fevereiro de 2014.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41	8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.896.997,65	17.896.997,65
Equipamento básico	30.257.880,01	31.187.369,41
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.829.860,57	1.887.926,54
Outros activos fixos tangíveis	2.324.121,18	2.341.990,23
Investimentos em curso	34.833,38	29.291,33
	60.789.916,63	61.789.799,00
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-625.583,66	-723.245,58
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-33.290.023,81	-32.566.778,23
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-33.915.607,47	-33.290.023,81
Valor líquido contabilístico	26.874.309,16	28.499.775,19

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2013, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto :						
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41					8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.896.997,65					17.896.997,65
Equipamento básico	31.187.369,41	232.531,27		(1.162.020,67)		30.257.880,01
Equipamento de transporte	426.747,43					426.747,43
Equipamento administrativo	1.887.926,54	5.479,80		(63.545,77)		1.829.860,57
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	2.341.990,23	583,96		(24.540,33)	6.087,32	2.324.121,18
Investimentos em curso	29.291,33	11.629,37			(6.087,32)	34.833,38
	61.789.799,00	250.224,40		(1.250.106,77)	-	60.789.916,63
Depreciação ac. e imp.						
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)					(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(1.884.028,02)	(514.200,92)				(2.398.228,94)
Equipamento básico	(26.396.708,41)	(1.262.268,77)		1.119.007,48		(26.539.969,70)
Equipamento de transporte	(426.747,43)					(426.747,43)
Equipamento administrativo	(1.823.340,90)	(36.146,31)		63.359,51		(1.796.127,70)
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	(2.299.518,04)	(19.751,60)		24.540,33	(123,38)	(2.294.852,69)
	(33.290.023,81)	(1.832.367,60)		-	(123,38)	(33.915.607,47)
Total	28.499.775,19					26.874.309,16

As adições de equipamento básico cingiram-se a 233 mil euros, referentes a reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas, reparados e substituídos nas nossas oficinas (trabalhos para a própria empresa).

Nos abates, releva-se o abate de três viaturas afectas ao serviço urbano e de órgãos/componentes de substituição de viaturas.

À data de 31 de Dezembro de 2013, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e out. construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24
	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	721.933,62	35.221,54	757.155,16	712.772,76	42.748,09	755.520,85
Entre um e cinco anos	1.603.829,05	46.711,62	1.650.540,67	2.293.114,85	78.208,05	2.371.322,90
Mais de cinco anos				30.274,62	40,09	30.314,71
	2.325.762,67	81.933,16	2.407.695,83	3.036.162,23	120.996,23	3.157.158,46

A 31 de Dezembro de 2013 existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2013 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário 1.250.000,00
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

A HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na

Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efectuada naquele financiamento.

7. Activos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	172.938,07	437.943,33
	172.938,07	437.943,33
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-172.937,80	-437.943,00
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-172.937,80	-437.943,00
	0,27	0,33

Os activos intangíveis referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Os movimentos na rubrica de activos fixos intangíveis durante o ano 2013 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Estudos e projectos	437.943,33	172.938,07			-437.943,33	172.938,07
	437.943,33	172.938,07	0,00	0,00	-437.943,33	172.938,07
Amortização ac. e imparidade						
Depreciação do período	-437.943,00	-172.937,80			437.943,00	-172.937,80
	-437.943,00	-172.937,80	0,00	0,00	437.943,00	-172.937,80
Total	0,33					0,27

Neste exercício, dos 173 mil euros relativos a projetos subsidiados por Fundos Comunitários, 84 mil euros são trabalhos para a própria empresa, referentes a remunerações do pessoal afecto aos projetos e os restantes de fornecimentos e serviços de terceiros não capitalizáveis.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	5.000.000,00	-4.216.666,73	783.333,27	5.000.000,00	-3.712.988,06	1.287.011,94
		5.000.000,00	-4.216.666,73	783.333,27	5.000.000,00	-3.712.988,06	1.287.011,94

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00					5.000.000,00
	5.000.000,00					5.000.000,00
Imparidade						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-3.712.988,06			-503.638,82	-39,85	-4.216.666,73
	-3.712.988,06			-503.638,82	-39,85	-4.216.666,73
Total	1.287.011,94					783.333,27

As alterações deste exercício são no método de equivalência patrimonial e correspondem ao resultado líquido do exercício negativo de 2013 da SG, no valor de 504 mil euros e, sem qualquer significado, nas outras alterações, encontram-se reflectidos os subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos classificados nos capitais próprios da SG.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Teleféricos da Madeira, SA Comboios do Monte, SA OPT, SA					79.894,45		79.894,45
					16.000,00	-2.417,57	13.582,43
		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-3.214,74	11.785,26
		15.000,00	-585,45	14.414,55	110.894,45	-5.632,31	105.262,14

A participação da Teleféricos da Madeira foi alienada no presente exercício, pelo montante de 4.125 mil euros e apurada uma mais-valia de 4.045 mil euros. De notar que a Teleféricos da Madeira, S.A. distribuiu dividendos, neste exercício, no montante de 450 mil euros;

A Comboios do Monte, S.A. foi dissolvida, com liquidação simultânea e partilha do activo existente. A quota-parte do activo partilhado e referente à nossa participação foi no montante de 10 mil euros, neste exercício foi anulado a imparidade constituída em exercícios anteriores. O Resultado desta operação resultou num prejuízo de 6 mil euros.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894,45		-79.894,45			0,00
Comboios do Monte, SA	16.000,00				-16.000,00	0,00
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	110.894,45					15.000,00
Imparidade						
Comboios do Monte, SA	-2.417,57				2.417,57	0,00
OPT, SA	-3.214,74			2.629,29		-585,45
	-5.632,31	0,00	0,00	2.629,29	2.417,57	-585,45
Total	105.262,14					14.414,55

10. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	10.532,23					10.532,23
	10.532,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.532,23
Imparidade						
BCP	-8.816,75			2.090,59		-6.726,16
	-8.816,75	0,00	0,00	2.090,59	0,00	-6.726,16
Total	1.715,48					3.806,07

Refere-se a 22.873 acções do BCP.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio;

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			4.348.325,99	4.738.723,38
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-527.484,27	-630.051,81
Subsídios não reembolsáveis			338.388,00	480.745,09
			4.159.229,72	4.589.416,66

Impostos diferidos activos - No exercício de 2011 a HF decidiu registar, sobre os prejuízos fiscais acumulados, impostos diferidos activos, no montante de 818 mil euros, montante este que se estima reverter pelo mesmo período de reversão dos impostos diferidos passivos. No exercício de 2012 foram revertidos 188 mil euros e neste exercício 103 mil euros dos referidos impostos diferidos. O saldo de 527 mil euros, encontra-se corrigido com a actualização da taxa de IRC de 25% para 23%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2014;

Impostos diferidos passivos - registados com base nas reavaliações contabilística de terrenos e edifícios, foram revertidos neste exercício 108 mil euros, bem como, de subsídios ao investimento, não reembolsáveis, referentes a vários projectos subsidiados por fundos europeus e em 2013 foram revertidos 113 mil euros. Fazemos notar que estes últimos não foram reconhecidos como gastos do período, de acordo com o novo entendimento dado pela Comissão de Normalização Contabilística, após revisão da NCRF 22. O saldo apresentado é o produto da aplicação da nova taxa de IRC a ser aplicada no exercício de 2014, 23%.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2013	2012
Impostos correntes	356.353,08	19.789,30
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	4.558,80	-123.991,76
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	360.911,88	-104.202,46

O imposto corrente corresponde:

À estimativa do IRC a pagar, no montante de 224 mil euros, calculado com base no lucro tributável, acrescido das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas, que ascendeu a 7 mil euros e do imposto Derrama, estadual e municipal, no valor de 125 mil euros, de acordo com a legislação em vigor.

Às origens e reversões de diferenças temporais, no valor de 5 mil euros, refletem o acima referido no que diz respeito a impostos diferidos activos e passivos.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2013	31-12-2012
2012		1.392.902,94
2013	3.283.145,13	3.283.145,13
2014	7.296.417,10	7.296.417,10
2015	1.901.171,50	1.901.171,50
2016	1.326.232,17	1.326.232,17
	13.806.965,90	15.199.868,84

Neste exercício foram utilizados no apuramento da matéria colectável, prejuízos fiscais no montante de 2.686 mil euros.

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Mercadorias	181.121,54	159.533,59
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	658.901,12	732.774,26
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	63.643,38	122.647,41
Reclassificação e regularização de inventários	5.810,78	
Adiantamentos por conta de compras		
	909.476,82	1.014.955,26
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	74.286,35	46.683,54
Imparidades de períodos anteriores	-262.747,16	-309.430,70
	-188.460,81	-262.747,16
Valor líquido contabilístico	721.016,01	752.208,10

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	262.747,16		-74.286,35	188.460,81
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	262.747,16	0,00	-74.286,35	188.460,81

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, teve a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

Assim, no Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias justifica-se pelo facto de terem sido adquiridos bilhetes no final do ano anterior;
- Nas matérias-primas subsidiárias e de consumo a variação é negativa em 74 mil euros, sendo um aumento no stock do gasóleo em 25 mil euros e uma redução de 99 mil euros nos restantes bens;
- Nos produtos e trabalhos em curso são diversas obras, referentes a recuperação de peças e reparação de viaturas, iniciadas e não concluídas neste exercício.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foi reduzida a imparidade em 74 mil euros.

Das existências em armazém o montante de 17 mil euros encontrava-se em poder de terceiros e referente a suporte de bilhetes electrónicos;

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	541.603,76	792.230,39
Empresa-mãe		
	541.603,76	792.230,39
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-677,11	-72,18
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4.682,19	-4.610,01
	-5.359,30	-4.682,19
Valor líquido contabilístico	536.244,46	787.548,20

Fazemos notar que em 2012 os valores mais significativos em dívida referiam-se a atrasos de pagamento, essencialmente de Escolas públicas e privadas. Neste exercício as Escolas públicas efectuaram os pagamentos em atraso e as privadas elaboraram planos de pagamento de curto prazo e têm cumprido na íntegra. Aquando do pagamento das Escolas públicas foi negociado um desconto que atingiu 18 mil euros.

De salientar que 262 mil euros são respeitantes às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-4.682,19	-677,11		-5.359,30
	-4.682,19	-677,11	0,00	-5.359,30

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	463.993,61	13.822,60	45.485,90	18.311,65
	463.993,61	13.822,60	45.485,90	18.311,65

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
Imposto sobre o rendimento		97.402,59
IVA a recuperar	162.060,79	117.064,00
IVA reembolsos pedidos		300.000,00
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	96.455,23	-5.801,09
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-96.455,23	-90.654,14
	162.060,79	418.011,36
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	252.579,14	19.789,30
Retenções de imposto sobre o rendimento	86.129,22	51.761,07
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	8.806,89	15.137,57
Contribuições para a Segurança Social	202.927,19	216.909,69
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	550.442,44	303.597,63

Abaixo descrevemos as alterações significativas registadas no presente exercício:

No Iva reembolsos pedidos, é resultante de um pedido solicitado à Administração Fiscal e recebido neste exercício;

Nas perdas por imparidade, a HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta de IRC, os quais ascendiam, em 31 de Dezembro de 2012, a 96 mil euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante, neste exercício, anulou-se a totalidade das perdas por imparidade daqueles pagamentos, atendendo que os vai utilizar na liquidação do Imposto IRC deste exercício, por apuramento de resultados fiscais positivos;

Neste exercício foram efectuados pagamentos especiais por conta no montante de 29 mil euros e foram utilizados, também, no pagamento do Imposto IRC;

No imposto sobre o rendimento, passivo, refere-se à estimativa do imposto a pagar, IRC, no montante de 253 mil euros e calculado com base no lucro tributável, deduzido dos prejuízos fiscais, legalmente previstos, acrescido das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistos, do valor, do imposto derrama Estadual e Municipal no valor de 125 mil euros, calculados de acordo com a legislação em vigor e deduzido dos pagamentos especiais por conta.

15. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	37.086,71	5.397,00
Out. operações pessoal	87.800,12	92.871,67
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	5.958.430,66	7.186.973,10
Empresas grupo	1.817.313,45	1.780.241,07
Estado e out. entes públicos	4.886,46	721.143,82
Outros devedores	949.121,57	732.144,36
	8.854.638,97	10.518.771,02
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	476.263,69	-958.179,30
Imparidade de períodos anteriores	-1.026.797,48	-68.618,18
	-550.533,79	-1.026.797,48
Valor líquido contabilístico	8.304.105,18	9.491.973,54

Na Secretaria Regional do Turismo e Transportes são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011 no montante de 7.187 mil euros, em 2012. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até ao final de 2016. Por este facto foram efectuados em 2012 ajustamentos no montante de 854 mil euros relativos ao desconto desta dívida. Neste exercício a dívida foi reduzida em 1.229 mil euros e o respectivo desconto em 455 mil euros. Este desconto foi reconhecido, nas demonstrações financeiras nos subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

Em empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efectuados à SG, essencialmente, de fornecimentos de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas, e que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidade financeiras;

No Estado e outros entes públicos, em 2012, refere-se essencialmente à mesma Secretaria mas referente à dívida de 125 mil euros, parte do subsídio ao investimento atribuído no ano de 2011 e de 548 mil euros respeitante à Indemnização Compensatória do ano de 2012, referente ao mês de Novembro e Dezembro, desse mesmo ano, liquidadas neste exercício;

Nos outros devedores, as dívidas mais relevantes são da nossa parceira, Carristur, à presente data praticamente liquidada, a SAM para a qual efectuamos obras em duas viaturas, que a forma de pagamento se encontra em fase de negociação, o saldo referente ao projeto Civitas que aguarda o seu processamento e PSD e Fundação PSD, em que o primeiro, há data do presente relatório, assumiu a dívida do segundo, apresentando um plano de pagamento;

Nas imparidades a redução efectuada refere-se essencialmente à dívida da Secretaria já acima mencionada e no montante de 455 mil euros e por recebimentos das dívidas em atraso, destacando-se a empresa Controlmédia.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	90.824,03	96.270,91
Despesas bancárias	10.578,61	14.565,67
Diversos	18.518,10	24.656,10
	119.920,74	135.492,68
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	413.504,49	418.999,49
Outros	30.828,20	40.664,00
	444.332,69	459.663,49

No que concerne a gastos a reconhecer, a variação em seguros resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros;

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2014, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2013.

17. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2013.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	31/12/2013	31/12/2012
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ld^a, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

20. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 2.137 mil euros, bem como, no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, o valor de 392 mil euros, referente às reversões de excedentes de revalorização dos edifícios e respectivo imposto diferido, no montante de 98 mil euros. Neste exercício não foram nesta rubrica contabilizados os impostos diferidos, referentes ao reconhecimento dos subsídios ao investimento atendendo à nova forma de apresentação nas demonstrações financeiras e de acordo com as alterações emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística, no que diz respeito à NCRF n.º 22.

21. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152.134,35	-152.134,35
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	642,38	682,23
	-151.491,97	-151.452,12

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	19.278.650,93	19.670.685,88
Impostos diferidos	-4.294.560,13	-4.684.957,52
	16.576.595,61	16.578.233,17

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como do reconhecimento dos respectivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 392 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 98 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2014, ou seja de 25% para 23% e no montante de 292 mil euros.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	1.132.864,06	1.442.235,10
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
Outras		
	1.151.116,90	1.460.487,94

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 452 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 113 mil euros, bem como do ajustamento no valor de 29 mil euros, referente à variação de taxa de IRC a vigorar em 2014, de 25% para 23%.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	5.765.515,07	4.700.000,00
Locações financeiras	1.603.829,05	2.324.588,80
Outros financiadores		35.397,73
	7.369.344,12	7.059.986,53
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	8.390.455,78	12.344.059,20
Descobertos bancários	1.100.000,00	1.100.000,00
Locações financeiras	721.933,62	711.573,43
Outros financiadores	35.291,50	81.684,72
	10.247.680,90	14.237.317,35

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	9.490.455,78	13.444.059,20
De 1 a 5 anos	5.173.203,66	4.700.000,00
A mais de 5 anos	592.311,41	
Locações financeiras		
Até 1 ano	721.933,62	712.772,76
De 1 a 5 anos	1.603.829,05	2.293.114,85
A mais de 5 anos		30.274,62
Outros financiadores		
Até 1 ano	35.291,50	81.684,72
De 1 a 5 anos		35.397,73
A mais de 5 anos		
	17.617.025,02	21.297.303,88

À data de 31 de Dezembro de 2013, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2015	2016	2017	2018	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	3.145.968,60	1.591.304,00	309.656,20	126.274,96	592.311,31	5.765.515,07
Locações financeiras	731.858,79	555.394,43	286.230,27	30.345,56		1.603.829,05
	3.877.827,39	2.146.698,43	595.886,47	156.620,52	592.311,31	7.369.344,12

Dos quadros apresentados é de salientar o seguinte:

HF neste exercício e tal qual no anterior, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos;

As dificuldades impostas pelo Plano de Ajustamento Económico e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como para negociar ou reestruturar as dívidas, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento perante a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco Espírito Santo (BES) e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

O do BES foi renegociado logo em Janeiro e acordado efectuar prestações mensais de capital e juros até o final de 2014, tal qual no ano anterior e ficando assim a sua reestruturação adiada por mais um ano;

Os financiamentos da CGD foram reestruturados em Agosto, reduziu-se o número de financiamentos, os spreads, definiu-se planos de pagamento, amortizou-se capital, alargou-se os prazos de pagamento e foram perdoados juros e juros de mora vencidos, na ordem dos 400 mil euros;

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, comissões de renegociação, comissões de gestão e de contratação;

Foi contraído um financiamento bancário de curto prazo, junto da CGD, e liquidado na data prevista;

Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2023.

25. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Corrente		
Fornecedores de investimentos	19.532,58	130.418,30
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.437.794,28	781.921,52
Outros credores por acréscimos de gastos	170.566,37	474.378,42
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	598.931,75	471.231,91
Pessoal	9.211,28	18.100,89
	2.236.036,26	1.876.051,04

Abaixo descrevemos algumas variações significativas apresentadas nesta rubrica:

Foram regularizadas as dívidas em atraso para com fornecedores de investimentos;

Nas férias e subsídio de férias foi contabilizado o subsídio de férias a pagar em 2014. No ano anterior, por imposição legal, o subsídio a pagar no presente exercício tinha sido suspenso, mas no decorrer deste exercício esta medida foi declarada inconstitucional, pelo que o referido subsídio foi repostado e pago, resultando a variação acima apresentada. O respectivo custo de 2012 foi no presente exercício reflectido na rubrica de Outros gastos e perdas (ver Nota 36);

Em 2012, a rubrica de outros credores por acréscimos de gastos registava os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único, entre outros, no montante de 121 mil euros, os juros de financiamentos no montante de 152 mil euros e 175 mil euros da nossa parceira Carristur. Em 2013 foi regularizado este último e reduzidos significativamente os restantes;

Nos outros credores encontra-se registado o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 320 mil euros, o valor referente à venda de títulos de transporte por parte da HF, à nossa parceira Carristur em 116 mil euros e praticamente os restantes a empresas de trabalhos especializados, entretanto já regularizados.

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/corrente		
Gerais	2.966.447,52	4.780.704,17
Facturas em recepção e conferência	-7115,01	-213,21
	2.959.332,51	4.780.490,96

A variação existente deve-se ao facto de, em 2012, a HF não ter efectuado pagamentos, por falta de disponibilidades financeiras, registando-se atrasos em alguns fornecedores, superiores a dois anos. Neste exercício, com o recebimento do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira, foram regularizadas a maior parte das dívidas em atraso, por negociação e aceitação de planos de pagamento.

Nos pagamentos, principalmente aos principais fornecedores de peças e pneus foram negociados descontos financeiros que atingiram 20 mil euros, bem como perdão de juros de mora já debitados na ordem de 90 mil euros.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	2013	2012
Vendas		
Suportes de títulos	391.482,57	374.315,08
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.550.979,24	13.857.371,72
	13.942.461,81	14.231.686,80

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

A rubrica de vendas e prestações de serviços diminuíram em 289 mil euros, um decréscimo de 2,03% face ao exercício de 2012, sendo que o aumento médio do tarifário situou-se nos 2,4%. Esta variação justifica-se essencialmente pela redução da procura, como anteriormente já referido. Nos bilhetes registou-se uma redução de 170 mil títulos nas quantidades vendidas e um aumento no valor de cerca de 20 mil euros, ou seja, mais 0,35% do que o verificado em 2012. Nos passes menos 16 mil títulos nas quantidades vendidas e uma redução no valor de 296 mil euros, menos 3,73% em relação ao ano anterior, sendo a diferença resultante do aumento das vendas de suportes de bilhetes e cartões em 17 mil euros e nos restantes serviços uma redução de 30 mil euros;

Nas quantidades vendidas o bilhete de bordo é o que regista uma maior subida e o pré-comprado de adulto e criança, contrariamente, são os que registam uma maior descida;

Nos passes, também continuam a descer significativamente de ano para ano e em praticamente todos os tipos de títulos, sendo os mais significativos o Social I, o Estudante e o Criança. O passe social II é o que regista maior subida, seguido dos passes temporais não compensados por qualquer transferência do uso de títulos.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2013	2012
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	3.588.204,21	3.132.783,15
Subsídio à exploração-outros	2.490,00	7.700,00
	3.590.694,21	3.140.483,15

Nos subsídios à exploração o valor registado em 2012 foi resultante da aplicação do novo protocolo assinado em 2012 com o GRM. De acordo com o disposto nos critério de cálculo a

HF devia receber o montante de 3.949 mil euros e com a aplicação do valor máximo a atribuir só recebeu 3.133 mil euros. Em 2013, seguindo o mesmo critério devia receber o montante de 3.961 e recebeu igual montante ao de 2012, ou seja, 3.133 mil euros.

A variação acima apresentada deve-se ao facto de ter sido registado, no exercício de 2012, na Secretaria Regional do Turismo e Transportes, em acréscimos de rendimentos, o montante de 7.187 mil euros, referente às indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores estão a ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, pelo que foram efectuados ajustamentos no montante de 854 mil euros relativos ao desconto desta dívida. Neste exercício a dívida foi reduzida em 1.229 mil euros e a imparidade em 455 mil euros. Esta imparidade foi reconhecida nas demonstrações financeiras na rubrica de subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

Os outros subsídios à exploração referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

29. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	2013	2012
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-503.638,82	-657.849,80
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Dividendos	450.000,00	300.000,00
	-53.638,82	-357.849,80

A variação deve-se aos resultados líquidos apresentados pela SG, sendo que no ano anterior foram negativos em 658 mil euros e neste em 504 mil euros. Em dividendos encontram-se considerados os valores atribuídos pela nossa participação na empresa Teleféricos da Madeira. Fazemos notar que esta participação foi alienada no presente exercício.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-122.647,41	-70.322,65
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	5.810,78	-6.961,27
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	57.832,60	122.647,41
Activos biológicos		
	-59.004,03	45.363,49

Esta rubrica regista o fabrico e recuperação de peças efectuados na nossa oficina para o armazém.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Activos fixos tangíveis	235.697,13	391.498,90
Activos intangíveis	84.167,45	405.143,21
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	142.208,92	92.988,19
	462.073,50	889.630,30

Nos activos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em viaturas, cingindo-se a alguns órgãos de substituição, principalmente motores, caixas de velocidades e carroçarias;

Nos activos intangíveis foram as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários que contribuíram para esta rubrica. A variação deve-se ao facto de ter sido concluído o projecto Civitas e no exercício anterior terem sido aplicadas muito mais horas de trabalho;

Os trabalhos para a própria empresa relativos a inventários, referem-se às recuperações de peças, efectuadas nas nossas oficinas.

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2013	2012
Mercadorias	257.590,48	244.896,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.131.160,83	7.491.654,53
	7.388.751,31	7.736.551,14

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 348 mil euros e é justificada da seguinte forma:

Nas mercadorias o aumento de 13 mil euros tem origem no aumento do número de suportes de títulos vendidos, principalmente a bordo;

O custo do gasóleo desceu em 483 mil euros, menos 8,35%, sendo este decréscimo parcialmente compensado pelo aumento dos restantes custos desta rubrica que aumentaram 135 mil euros, sendo as mais significativas, pneus, óleos, motores e respectivos órgãos;

No que diz respeito ao gasóleo, variação mais significativa desta rubrica, a quantidade consumida pelas viaturas afectas ao serviço de transporte público foi de 3.954 mil litros, menos 189 mil litros que no ano anterior;

O custo com o consumo de 3.954 mil litros de gasóleo, com viaturas afectas ao serviço de transporte público, foi de 4.110 mil euros, menos 388 mil euros que o ano anterior, que se justifica pela redução do número de litros consumidos e pela variação do seu custo unitário, em média, de menos 0.045 euros bem como do número de quilómetros percorridos;

Atendendo que foram percorridos 6.027 mil km em exploração e se transportaram 18.091 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,69 euros por quilómetro produzido e 0,228 euros por passageiro transportado. No ano anterior os valores foram de 0,71 euros por quilómetro e 0,234 euros por passageiro transportado. No entanto, é de realçar que os 0,20 euros, por passageiro, apresentado no ano anterior foi com base em 22.261 mil passageiros, método de cálculo por estimativa e presentemente pelas validações registadas a bordo das viaturas.

Os consumos de gasóleo cedidos a terceiros, SG e Carristur, foram de 1.268 mil euros, menos 94 mil euros e de 1.130 mil litros menos 37 mil litros que o ano anterior.

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Subcontratos		13.274,46
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	172.495,01	228.520,98
Publicidade e propaganda	25.549,12	30.597,47
Vigilância e segurança	120.308,88	119.331,24
Honorários	20.426,50	28.187,00
Comissões	165.350,91	161.272,26
Conservação e reparação	296.089,04	317.269,41
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.886,45	4.261,37
Livros e documentação técnica	565,42	783,88
Material de escritório	2.196,79	3.117,26
Artigos para oferta		
Outros	8.639,98	33.851,11
Energia e fluidos:		
Electricidade	99.495,95	99.331,64
Combustíveis	2.582,31	1.808,11
Água	12.471,99	34.743,20
Outros fluidos	5.895,20	9.282,99
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	2.856,52	514,38
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	12.233,18	6.037,40
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	5.935,54	5.731,51
Comunicação	82.965,44	81.531,15
Seguros	325.368,09	327.581,47
Royalties		
Contencioso e notariado	405,26	704,00
Despesas de representação	842,82	864,83
Limpeza, higiene e conforto	127.983,94	176.079,52
Outros serviços	93.918,32	97.438,73
	1.588.462,66	1.782.115,37

No total desta rubrica a redução foi de 194 mil euros.

Em relação às variações, abaixo, descrevemos as diferenças mais significativas:

Reduções

Nos subcontratos, uma redução de 13 mil euros e deve-se ao facto de ter sido cancelado, em Maio de 2012, o contracto existente com uma empresa de Taxis que executava serviços à chamada;

Nos trabalhos especializados em 56 mil euros, verificando-se uma diminuição em 88 mil euros resultante da elaboração, em 2012, de uma alteração de software da bilhética, parcialmente compensada por um aumento de 41 mil euros, referente a estudos e pareceres realizados em 2013;

Nas comissões em 4 mil euros e refere-se à redução da venda de títulos de transporte por parte dos nossos agentes externos;

Na conservação e reparação no montante de 21 mil euros e refere-se essencialmente à subrubrica de lavagens de viaturas, sendo que parte destes serviços deixaram de ser contratados a um fornecedor externo e passaram a ser efectuados pelos funcionários da HF;

No consumo de água em 22 mil euros, motivado essencialmente pela redução das lavagens de viaturas;

Na limpeza, higiene e conforto em 58 mil euros, sendo a mais significativa a recolha de resíduos sólidos em 39 mil euros por alteração do fornecedor dos serviços;

As restantes rubricas que originaram reduções são irrelevantes.

34. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	196.919,20	168.875,75
Remunerações do pessoal	8.032.025,36	7.332.894,01
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	1.805.100,89	1.626.185,06
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	115.861,88	108.894,36
Gastos de acção social	656,25	777,31
Outros gastos com o pessoal	35.967,56	20.907,60
	10.186.531,14	9.258.534,09

Os custos com o pessoal sobem em 928 mil euros mais 10,02% e praticamente em todas as rubricas, destacando-se o subsídio de Natal, subsídio de férias e respetivos encargos. Estes subsídios foram suspensos em 2012 e repostos no presente exercício.

No ano anterior foram aplicados os cortes previstos no Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica as medidas de cortes e de reduções remuneratórias, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011.

Releva-se que a redução das remunerações em geral resulta essencialmente dos cortes verificados por aplicação do disposto no Orçamento de Estado para 2013 e pela redução de 16 trabalhadores, sendo os impactos mais relevantes no ordenado base em cerca de 104 mil euros e no mês das férias em 31 mil euros.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2013	2012
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	11	11
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	25	25
Profissionais semi-qualificados	426	430
Contratados a prazo	6	18
	484	500

Registaram-se 17 saídas de trabalhadores e um regresso, este encontrava-se cedido à empresa nossa parceira, Carristur.

35. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	57.483,12	57.483,12
Obras para terceiros	1.612.972,06	1.489.099,83
Sucatas / desperdícios	7.432,31	4.960,57
Cedências para terceiros existências	1.254.795,94	1.296.698,82
Despesas debitadas a terceiros	105.561,57	248.853,46
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	264.520,73	249.630,99
Desp. embates e imob. de viaturas	14.595,63	24.711,16
Outros rendimentos suplementares	21,52	18,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	21.653,41	1.605,96
Ganhos em inventários	55.829,77	38.706,39
Investimentos rest. activos financeiros	4.045.105,55	120,05
Investimentos não financeiros	4.280,00	0,00
Subsídios ao investimento	639.346,90	904.408,32
Juros obtidos	3.458,54	794,34
Outros	121.685,78	38.043,15
	8.208.742,83	4.355.134,82

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de mais 3.854 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

- Em obras para terceiros, um aumento de 124 mil euros, relacionadas com obras em viaturas da SG, da nossa parceira Carristur, mas mais relevante a reconstrução de duas viaturas de uma nossa concorrente, SAM;
- Nas cedências para terceiros de existências, uma redução de 92 mil euros mil euros e é praticamente referente ao gasóleo debitado à SG e à nossa parceira Carristur;
- Nas outras despesas debitadas a terceiros, foi de uma redução de 120 mil euros, justificada essencialmente pelo não registo dos resultados da nossa parceira Carristur, no presente exercício, sendo no exercício anterior em 90 mil euros;
- Nos descontos financeiros um aumento de 20 mil, resultantes da negociação dos pagamentos em atraso a fornecedores;
- Em investimentos nos restantes activos financeiros, resulta essencialmente do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 4.045 mil euros;
- Nos subsídios ao investimento uma redução em 265 mil euros referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e relacionado com o projecto Civitas;
- Outros rendimentos e ganhos, refere-se à recuperação de Juros de mora em 90 mil euros, registados em anos anteriores e perdoados pelos fornecedores aquando da negociação de pagamentos em atraso,
- Nas outras variações desta rubrica não existe relevos significativos.

36. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Impostos	14.207,05	19.193,99
Perdas em inventários	41.244,46	43.391,71
Investimentos não financeiros	43.322,83	33.006,24
Donativos	338,40	363,92
Quotizações	3.491,28	3.891,28
Ofertas e amostras de inventários	1.331,96	1.763,34
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	14.084,32	115.966,49
Outros juros		
Outros não especificados	635.396,74	622.474,47
Desc. p. pag. concedidos	31,13	
	753.448,17	840.051,44

Nos outros gastos e perdas, outros não especificados, relevam-se 592 mil euros apresentados em 2012 que correspondem ao corte nas indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 e 2011. Por outro lado, em 2013 foi contabilizada nesta conta a reposição do corte do subsídio de férias e respectivos encargos no valor de 594 mil euros;

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1.832.367,60	1.893.358,29
Activos intangíveis	172.937,80	489.335,85
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	2.005.305,40	2.382.694,14

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 61 mil euros, é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente órgãos de substituição de viaturas;

Nos activos intangíveis os valores referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização. A redução verificada foi praticamente referente ao projecto Civitas que terminou neste exercício.

38. Juros e gastos similares suportados

Descrição	2013	2012
Juros suportados	1.017.374,84	1.557.117,39
Outros gastos e perdas	261.585,47	75.330,27
	1.278.960,31	1.632.447,66

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Os juros suportados e as despesas bancárias reduziram em 353 mil euros, motivado essencialmente pelas amortizações de capital, redução de spreads e pelo perdão do pagamento de juros vencidos, estes, em valor aproximado a 400 mil euros, aquando da renegociação dos empréstimos em mora junto da Caixa Geral de Depósitos. No entanto realçamos o aumento dos custos dos serviços bancários resultantes desta mesma negociação.

39. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	165.000	165.000
	3.300.000	3.300.000

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2013	2012
Vendas e prestações de serviços		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	2.866.329,06	2.907.973,98
Gastos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-44.244,56	-459,90
	2.822.084,50	2.907.514,08

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2013	2012
Activos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	1.818.943,19	1.794.039,31
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-319.882,67	-400.395,90
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	1.499.060,52	1.393.643,41

40. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2012	EM 31/12/2013
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2012	EM 31/12/2013
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

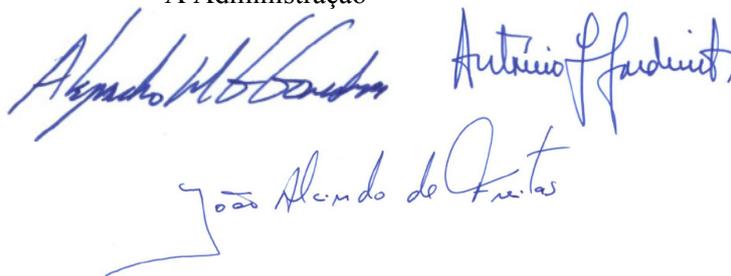
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2013 a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	5,00%

O Técnico de Contas



A Administração





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 39.637.585 euros e um total de capital próprio de 11.671.187 euros, incluindo um resultado líquido de 2.724.586 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

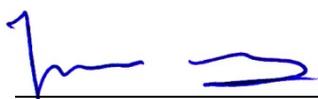
Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à semelhança do verificado em períodos anteriores, o capital próprio da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresenta-se positivo em virtude das reavaliações efectuados aos imóveis sua propriedade no período de 2010, conforme divulgado na nota 3.3 do Anexo, sendo que no tocante aos resultados, com excepção de períodos, como é exemplo o actual, em que os mesmos reflectem transacções de carácter extraordinário, os mesmos têm vindo a apresentar-se sucessivamente negativos. Assim, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se prevê venha a ocorrer em 2014.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

14 de Abril de 2014



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

14 de Abril de 2014

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)